

2

2

DEZEMBRO, 1974

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEZEMBRO DE 1974

NÚMERO 2

Sumário

ARTIGOS:

- A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS IMPERIAIS
José Murilo de Carvalho 1
- BRASIL: "ESTADO E SOCIEDADE" EM PERSPECTIVA – *Fábio Wanderley Reis* 35
- RELAÇÕES ENTRE UNIÃO SOVIÉTICA E AMÉRICA LATINA – *Málori José Pompermayer e Benício Viero Schmidt* 75
- NOTA SOBRE OS CONDICIONANTES POLÍTICOS DO PLANEJAMENTO URBANO – *Antônio Octávio Cintra* 115

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

JOSÉ MURILO DE CARVALHO, professor do Departamento de Ciência Política, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard.

MALORI JOSÉ POMPERMAYER, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade de Stanford, terminando o doutorado em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

BENÍCIO VIERO SCHMIDT, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade de Stanford, terminando o doutorado em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

ANTÔNIO OCTÁVIO CINTRA, professor do Departamento de Ciência Política, mestre em Sociologia pela FLACSO, terminando o doutorado em Ciência Política pelo MIT.



As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.



Endereço para correspondência:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
Rua Carangola 288, 3.º andar
30 000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

Relações entre União Soviética e América Latina*

Malori José Pompermayer
Benício Viero Schmidt

No curso da sua história, os países latino-americanos vêm sendo profundamente afetados pelo tipo de relações que têm mantido com o contexto internacional aos níveis político, econômico e cultural. Inicialmente, pela relação mantida com as metrópoles coloniais espanhola e portuguesa e pela presença de interesses mercantis de países como Holanda, França e Inglaterra. Apesar da variedade de situações concretas no tempo e no espaço, a colonização européia ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII realiza-se dentro dos moldes dos sistemas colonial mercantilista da época, onde as colônias constituíam-se fatores essenciais de desenvolvimento econômico das metrópoles. Atua-se, deste modo, sobre os dois pre-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial: por um lado, promove-se a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial e, por outro, amplia-se o mercado consumidor de produtos manufaturados.¹⁾

* Os autores desejam agradecer os comentários de Fábio W. Reis à primeira versão deste trabalho. Naturalmente, a responsabilidade por erros e acertos é exclusivamente dos autores.

A independência política alcançada nas primeiras décadas do século XIX não significou em absoluto a quebra definitiva daquelas relações mercantilistas e muito menos a independência econômica dos países latino-americanos. Pelo contrário, aqueles interesses, especialmente os da Inglaterra, continuam crescendo e afetando profundamente o processo político, na mesma medida em que, internamente, na América Latina, ia sendo constituída uma elite que se identificava plenamente com tais interesses.²⁾

Numa época em que ainda não haviam alcançado internamente suficiente força econômica, aos Estados Unidos da América do Norte lhes foi suficiente proteger a região latino-americana contra a ameaça européia de aqui estabelecer novas colônias. Isto foi feito através da declaração unilateral, em 1828, da Doutrina Monroe. Já em 1789, Jefferson declarava que "Nossa confederação deve ser considerada como o núcleo a partir do qual surgirão os povoadores do norte e do sul das Américas". Ao mesmo tempo Hamilton previa que este seria um longo processo: "devemos esperar um longo tempo antes de nos tornarmos os árbitros da Europa e da América, capazes de alterar o rumo... de acordo com os ditames de nossos interesses".³⁾ É durante o período do "Destino Manifesto" (1845-1860) que, a par de seu rápido desenvolvimento econômico interno, os Estados Unidos deixam de olhar a Doutrina Monroe como aplicável a eles mesmos. Expandem seus territórios para o México e controlam firmemente a América Central e o Caribe, despertando a ira dos governos sul-americanos.⁴⁾ Nas últimas décadas do século, os Estados Unidos já haviam alcançado suficiente poder econômico para expandir-se ao exterior. A política do Pan-Americanismo, cuja primeira conferência realiza-se em Washington em 1889, revela-se o instrumento apropriado que regula as bases contratuais econômicas do comércio dos Estados Unidos com a América Latina.⁵⁾ Estas bases resultam altamente benéficas, quando, ao irromper a Segunda Guerra, a América Latina vai aos poucos saindo da área de influência da Inglaterra e entrando na dos Estados Unidos, na esfera política e econômica. Desde então fica claro que, no futuro, nenhum país latino-americano poderia definir seu destino político e econômico sem levar em conta a influência dos Estados Unidos.

Após a II Guerra Mundial emergem novas estruturas e políticas, caracterizando a consolidação do predomínio americano sobre o continente, agora sob a forma de mecanismos de segurança nos mais variados níveis. Deste conjunto de práticas políticas amplamente estruturadas para defender a reprodução do sistema capitalista, entrando já em sua fase historicamente monopolística de bases industriais, algumas são necessariamente destacáveis.

Surgem os tratados inter-americanos de defesa visando congelar movimentos populares identificados como pró-comunistas; e assistência militar e integração plena dos estabelecimentos militares no quadro dos interesses norte-americanos e a insistência política norte-americana no sentido de assegurar condições políticas favoráveis ao investimento de capitais externos de origem privada como forma de acelerar o desenvolvimento das economias do mercado. Somem-se a isto os vários programas de ajuda, geralmente advindos no bojo de movimentos anti-nacionalistas, visando criar ambiência para modelos de "democracias estáveis" na América Latina.

Toda esta constelação de fatores sempre esteve informada por uma orientação marcadamente paternalista por parte do centro hegemônico do sistema inter-americano, reforçada por ideologias que viam no desenvolvimento das classes médias latino-americanas a única alternativa aos movimentos insurrecionais revolucionários, em termos de suporte classista ao poder político estabelecido. Desnecessário lembrar a ênfase dada a organização de esquemas contra-insurrecionais por parte das lideranças militares do continente, como formas encontradas de conter simpatias e movimentações ao estilo cubano e chinês. Todos estes elementos constituem capítulos diversos a ilustrar a influência do domínio hegemônico norte-americano sobre a América Latina. Também, são fatos fartamente conhecidos e que não constituem objeto específico deste trabalho.⁶⁾

Se indicamos assim sucintamente o papel dos Estados Unidos num trabalho que se propõe estudar a política da União Soviética para com a América Latina, é porque as nações Latino-americanas têm-se constituído, por um período que já vai além de três décadas, o foco de duas estratégias políticas de sinal contrário. A política da União Soviética, em grau maior ou menor, segundo conjunturas particulares, sempre se pautou, entre outros fatores, pelo caráter da presença americana na América Latina e pelo caráter próprio das relações entre Estados Unidos e União Soviética. A América Latina sempre esteve fortemente afetada pelos centros externos de decisão, e, em períodos específicos da sua história recente, o seu futuro pareceu depender, em alto grau, da forma pela qual capitalismo e socialismo continuariam se enfrentando na região. Já não é tão simples afirmar-se, hoje, que este futuro dependa tão estreitamente deste enfrentamento. Quem mudou, o capitalismo ou o socialismo?

II

As relações da URSS para com a América Latina, a partir da Revolução de 1917, não tiveram um caráter constante. Relações diplomáticas e comerciais foram estabelecidas e desfeitas, com cada país em particular, grande número de vezes. As razões para isto foram as mais variadas. Geralmente, e ao nível mais imediato, isto dependeu de situações particulares em cada país latino-americano, do grau em que os governos de cada país se sentiam ameaçados pelo movimento. A um nível mais amplo, porém, o grau de convivência dos governos latino-americanos com a União Soviética dependeu grandemente da maior ou menor agressividade com que o Partido Comunista Russo definiu, em fases diferentes, a política do movimento comunista internacional. Mas, concretamente, essas relações dependeram do grau de convivência com os Estados Unidos especificamente.

Foi somente a partir da realização em Moscou, no ano de 1928, do VI Congresso do Comintern que a URSS começou a dedicar maior interesse à América Latina. Neste congresso, as relações da União Soviética com o continente latino americano foram discutidas como matéria importante. A razão disto foi a evidência, demonstrada pelas análises então realizadas, de que a região se apresentava sob uma forte dependência econômica da Inglaterra e como campo de um agressivo crescimento do capitalismo norte-americano. Reconheceu-se que a “crescente expansão militar e econômica do imperialismo norte-americano nos países da América Latina está transformando este continente em um dos mais importantes pontos de confluência dos antagonismos de todo o sistema colonial-imperialista”.⁷⁾ Do ponto de vista soviético, existia a esperança de se poder obter a independência nacional dessa região apoiando-se os Partidos Comunistas locais, a fim de assegurar-lhes o papel revolucionário principal, sob a direção da classe trabalhadora. Numa segunda fase, foi a estratégia então definida, o partido revolucionário adquiriria o poder político em oposição à burguesia. Como ponto importante da estratégia estava a necessidade de se obter a aliança da classe operária com a pequena burguesia. Com muito poucas exceções, este esquema de expansão comunista na América Latina permaneceu invariável até o final da guerra européia contra o fascismo. As variações foram do tipo da revolta de 1935 no Brasil, quando se planejou a tomada do poder através de revolução armada.⁸⁾

Até a II Guerra, as relações entre a URSS e a América Latina estiveram dominadas pela política do Comintern, o qual possuía suas principais ramificações nos Partidos Comunistas do México, Argentina, Uruguai e

Brasil. O Comintern, organização internacional dos partidos comunistas, foi criado em 1919 por Lenin com o objetivo de dirigir, coordenar e controlar a política do movimento comunista na Europa, face ao perigo do capitalismo ocidental e à necessidade de promover a revolução em outros países. Neste período, isto é, até a Guerra, pode-se perceber mais facilmente a concordância entre os objetivos das relações puramente diplomáticas da União Soviética e a América Latina com os objetivos políticos do Comintern, isto é, a expansão da revolução russa. Assim, depois do estabelecimento de relações diplomáticas com o México em 1924, o comissário soviético de relações exteriores declara em Moscou que “tivemos êxito no restabelecimento de relações diplomáticas com o vizinho dos Estados Unidos, México, fato que nos dá uma base política no continente. . . O México nos dá, deste modo, uma base política muito conveniente na América para o desenvolvimento de nossos nexos futuros”⁹⁾ O governo mexicano reagiu prontamente contra tal declaração, chegando, dois anos mais tarde, a uma atitude francamente hostil, quando a embaixada soviética foi acusada de gastar vinte e cinco mil dólares para sustentar uma greve de ferroviários.¹⁰⁾ No Uruguai e na Argentina os diplomatas soviéticos tiveram que arcar com os mesmos problemas que no México. No entanto, até o início da guerra, foram Uruguai e México os dois únicos países do continente a manter relações com a URSS¹¹⁾ Já em 1935, as únicas relações existentes entre a URSS e a América Latina, com a exceção dos dois países acima mencionados, que mantinham relações diplomáticas, eram efetuadas através do Comintern, ao nível de partidos. A política agressiva do Partido Comunista Soviético dificultava toda classe de relações, quer diplomáticas, quer econômicas.

Durante esta primeira fase, as razões do interesse da URSS pela América Latina aparecem intimamente ligadas, primeiro, à possibilidade de uma revolução comunista na região e, segundo – com referência mais às relações diplomáticas –, à oportunidade de estabelecer bases políticas numa região de agressiva penetração capitalista, com o fim de criar uma imagem favorável da própria União Soviética perante as nações ocidentais.¹²⁾

III

Com a guerra, operam-se mudanças importantes nas relações da União Soviética com a América Latina. A Rússia e os Estados Unidos lutavam juntos contra os mesmos inimigos, e a aliança entre estes dois países influenciou profundamente a imagem que a América Latina tinha dos soviéticos. Aqueles países latino-americanos cujos governos temiam a insti-

gação soviética para que se realizasse a revolução socialista em seus países viam minoradas, até certo ponto, seus temores, com a dissolução formal do Comintern em Moscou. Já por volta de 1943, o Comintern, que dirigira a política exterior da Rússia desde 1919, foi sendo abandonado por Stalin, o qual, durante a guerra, opta por um abandono ostensivo da política agressiva do movimento comunista internacional. Além do mais, os partidos comunistas na América Latina descobriram subitamente que os capitalistas norte-americanos e britânicos, tantas vezes por eles denunciados, eram seus aliados na guerra contra o fascismo. Conforme prosseguia a luta, tornava-se cada vez mais evidente que a Rússia surgiria como uma das grandes potências a serem tidas em conta no pós-guerra.¹³⁾

Se desde a revolução de outubro de 1917 até a Segunda Guerra Mundial a União Soviética havia conseguido estabelecer relações diplomáticas somente com dois países latino-americanos, México e Uruguai, com a guerra a situação muda radicalmente. No espaço de quatro anos, 1943 a 1946, nada menos do que 14 países da América Latina estabeleceram relações diplomáticas com Moscou. Eram eles: Uruguai, México, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Equador e República Dominicana.¹⁴⁾

Tanto Estados Unidos como Rússia saem da guerra como paladinos da paz. Aparecem ante os demais países como lutando contra as mesmas idéias reacionárias. Ambos os sistemas, capitalista e socialista, se mostram interessados em apoiar a democracia e os acordos políticos. Estes fatos exerceram forte influência no modo de os governos latino-americanos olharem as relações internacionais. Ao mesmo tempo, outros tipos de mudanças haviam ocorrido na América Latina durante os anos de guerra, os quais conduziram, uma vez terminada esta, a colocarem-se em relevo outros interesses.

Durante o período bélico, a América Latina conseguiu ampliar seu campo de ação econômica, incrementando, em primeiro lugar, a exportação de matérias primas destinadas a preencher as necessidades das operações bélicas dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, sua produção industrial, com a finalidade de fazer frente às limitações que a situação impunha ao comércio mundial. Paralelamente, o continente sofreu uma séria escassez de bens de consumo e uma aguda inflação de preços.¹⁵⁾ O temor dos efeitos econômicos que poderia causar o fim brusco da demanda que tinham tido suas matérias primas durante o período da guerra, unido à consciência das mudanças políticas e sociais que se produziam em seus países no momento em que a "revolução de expectativas crescentes" começava a percorrer o continente, ajudou a fazer com que a América Latina se mostrasse ansiosa por

desenvolver boas relações com outros países. Junto a estes fatores, a visão otimista de uma cooperação pacífica com a URSS explica os rápidos acordos diplomáticos a que com ela chegaram os 14 países acima referidos. Os Partidos Comunistas, inclusive, mudam suas atitudes ao discutir distintas estratégias para se lograr a revolução socialista no continente.

As mudanças nas linhas políticas dos partidos comunistas latino-americanos estão estreitamente ligadas às interpretações sobre a marcha dos processos econômicos, políticos e sociais mundiais. Naquele momento, segundo estas interpretações, uma rápida transição ao socialismo era impossível. A primeira tarefa consistiria, portanto, em desenvolver a democracia e em criar as bases para o desenvolvimento econômico. A construção do socialismo na América Latina seria um processo longo e, para cumprí-lo, a região devia passar, primeiro, por uma etapa capitalista. O desenvolvimento da democracia e do capitalismo se faziam possíveis graças à aliança do partido da classe operária com a burguesia nacional progressista. Os comunistas participariam nos projetos do governo com a finalidade de impulsionar políticas nacionalistas. Em grau maior ou menor, esta tônica predominava em diversos países latino-americanos. O Brasil constitui caso típico.¹⁶⁾

IV

O período de distensão das relações internacionais, no entanto, foi passageiro. A União Soviética estava ainda sob a liderança de Stalin, para quem a revolução mundial, isto é, a extensão do campo socialista, era inseparável da expansão soviética. Ainda em 1945, Stalin declarava que depois da guerra os vários Partidos Comunistas (dos demais países socialistas fora da URSS, isto é, Checoslováquia, Hungria, România, Iugoslávia e Albânia) tornar-se-iam partidos nacionalistas, dando prioridade aos interesses nacionais dos seus respectivos países.¹⁷⁾ Roosevelt, por seu lado, deixara claro na mesma época que os Estados Unidos se retirariam da Europa finda a guerra. Ambas as declarações ficariam sem efeito. A ameaça colocada pela possível expansão russa no início de 1947 trouxera os Estados Unidos de volta à Europa e, por outro lado, a ameaça que a volta americana parecia impor sobre a Europa impeliu Moscou a reforçar os laços que mantinha com seus satélites, unindo-os mais firmemente a ela mesma, suprimindo dentro deles toda manifestação de separatismo nacional. Os problemas enfrentados por Moscou em 1947, com o início da Guerra Fria, eram diferentes dos problemas enfrentados em 1917. Agora, os Partidos Comunistas tinham alcançado o poder em sete países europeus fora da Rússia, e outros estavam

perto de consegui-lo. Isto quer dizer que, em graus variados, os Partidos Comunistas fora da Rússia haviam perdido algumas de suas formas antigas de dependência de Moscou. Perante aquilo que parecia perigo mortal vindo do Ocidente, Moscou sentiu a necessidade de arquitetar alguma forma de mecanismo organizacional para uni-los todos numa defesa comum, melhor dito, em defesa do Estado soviético. Eles deviam todos ser mantidos em condições de obediência a Moscou. Do contrário, esses países poderiam seguir caminhos independentes e acabar no campo inimigo, como já quase acontecera com a Checoslováquia depois do anúncio do Plano Marshall.¹⁸⁾

No dia 22 de setembro de 1947, representantes dos principais Partidos Comunistas da Europa foram reunidos numa conferência na Silésia e, depois de ouvidos os representantes russos, procedeu-se à criação do Cominform, Bureau de Informação Comunista, deixando oficialmente de existir o Comintern. Deste modo, a política de Stalin, deixando de lado a idéia de “colaboração pacífica” para derrotar o inimigo comum do fascismo, anuncia que o movimento comunista internacional havia ressurgido, definido agora como Cominform, e que o mundo se encontrava dividido em dois campos hostis, o campo imperialista e antidemocrático, por um lado, e, por outro, o campo democrático e anti-imperialista. O principal representante soviético na conferência da Silésia referia-se ao “curso agressivo e francamente expansionista em que o imperialismo americano se engajou desde o fim da II Guerra Mundial”, onde a Doutrina Truman e o Plano Marshall são ambos a formulação do desígnio americano de escravizar a Europa”. Os Estados Unidos haviam desencadeado “um ataque contra os princípios da soberania nacional”. Pelo contrário, a União Soviética “sustentava infatigavelmente o princípio da igualdade real e a proteção dos direitos soberanos de todas as nações, pequenas e grandes”.¹⁹⁾ Era a Guerra Fria. Cada um dos dois campos em conflito viria a insistir, e de algum modo se convenceria a si mesmo, que o outro tinha como objetivo tomar-se o senhor do mundo.

A Guerra Fria significa aparentemente o fim de toda cooperação, colaboração e acomodação com o mundo capitalista, ao mesmo tempo em que abria um período no qual os Partidos Comunistas locais traçariam linhas agressivas de resistência ao capitalismo e aos países e partidos que não fossem socialistas.²⁰⁾ A “colaboração pacífica” teria sido uma estratégia concebida para ser aplicada somente na situação específica que a Guerra havia criado. Como indicador do clima de guerra fria que reinava então em Moscou estão as ásperas críticas feitas por Stalin, em 1951, contra os governos latino-americanos, acusando-os de reforçarem a política agressiva dos Estados Unidos nas Nações Unidas.²¹⁾

A partir de 1947, o ressurgimento e a reafirmação vigorosa dos princípios marxistas-leninistas por Stalin, através dos acontecimentos que levaram à Guerra Fria, impeliram os Partidos Comunistas locais através de seus conselheiros soviéticos a seguirem uma política progressivamente intransigente e doutrinária em grande medida. Nos países subdesenvolvidos, a orientação é no sentido de os partidos se unirem aos movimentos de liberação nacional, explorando a temática anti-colonialista e anti-imperialista. Isto implicava numa reversão na política imediatamente anterior de colaboração com o nacionalismo burguês que perdurará até a morte de Stalin em 1953. Numa palavra, procura-se revigorar a luta de classe em substituição à colaboração de classe.

Este enfrentamento com um movimento comunista renovado, unido às pressões exercidas pela política anti-comunista dos Estados Unidos, levou os países latino-americanos a mudarem seus pontos de vista sobre suas relações com a União Soviética. Assim, na época da morte de Stalin em 1953, apenas três repúblicas latino-americanas, México, Uruguai e Argentina, mantinham ainda relações diplomáticas com o governo de Moscou.²²⁾ De 1947 a esta data, onze países latino americanos haviam cortado suas relações com a União Soviética. A nova política de Stalin fomentava, supostamente, para estes países, a instabilidade de seus governos.

V

Para se entender a evolução das relações da União Soviética com a América Latina, a partir da morte de Stalin, convém recordar a situação interna na Rússia de então. Concretamente, este país havia conseguido desenvolver em alto grau suas potencialidades internas, convertendo-se reconhecidamente numa potência econômica e política. Seus líderes haviam usado até então, com visível êxito, os princípios ideológicos do marxismo e do movimento comunista internacional como força motora para o desenvolvimento de suas capacidades internas, chegando mesmo a transformar um movimento revolucionário interno em um movimento revolucionário internacional. Vernon V. Aspaturian nota neste sentido que, “enquanto a morte de Stalin determinou a época da desintegração do movimento comunista mundial nos estados que o constituíam e nos partidos nacionais, o rápido desenvolvimento das potencialidades econômicas da União Soviética foi o motivo do divórcio entre os interesses deste país e os Partidos Comunistas locais. Na medida em que crescia o poder soviético, cresciam também os custos e os riscos que implicava a implementação de uma

política audaciosa”.²³⁾ Pode-se, pois, falar numa “desideologização” progressiva da política soviética pós-Stalin, tendo como causa motivos bastante pragmáticos. Interesses nacionais, segurança, sobrevivência, bem estar econômico material, orgulho nacional, prestígio, fatores deste tipo foram suplantando as metas abstratas de revolução, “comunismo mundial”, que haviam até então orientado em alto grau a política exterior soviética.²⁴⁾ “Eles têm repetido muitas vezes, escreveria um comentarista chinês em 1963 acerca dos soviéticos, que, enquanto a União Soviética sobreviver e se desenvolver, os povos do mundo estarão a salvo”.

Nesta perspectiva devem ser analisadas as mudanças ocorridas na política exterior soviética após a morte de Stalin, isto é, a era Krushev e a passagem do período da Guerra Fria ao de Coexistência e Colaboração Pacífica. Até meados dos anos 50, para a União Soviética, um país estava “com ela” ou “contra ela”. Sem dúvida, o mesmo se pode dizer dos Estados Unidos, especialmente durante o período Dulles. Não havia terreno neutro. Mas, se Stalin transformou a URSS em uma grande potência, foi com Krushev que veio sua transformação em uma potência mundial. Foi ele que, ao romper aqueles princípios doutrinários da União Soviética que a circunscreviam num campo estreito de possibilidades diplomáticas, começou uma estratégia global, não somente para recrutar novos países para o mundo socialista, mas também para maximizar os ganhos diplomáticos no campo não socialista. Até certo ponto, isto significou o sacrifício do conteúdo ideológico da política exterior soviética e mesmo o futuro dos Partidos Comunistas locais. Significou também relações mais estreitas com o Terceiro Mundo, através de canais diplomáticos, tratados comerciais, programas de ajuda econômica e intercâmbio cultural.

A atitude soviética para com os movimentos de liberação política e econômica também sofreu mudanças neste período. O potencial anti-ocidentalista dos líderes nacionalistas começou a receber o reconhecimento soviético. Alguns regimes nacionalistas puderam apoiar revoltas de inspiração socialista, como foi o caso da Índia e do Egito. Ainda mais, as “burguesias nacionalistas” do Terceiro Mundo começaram a receber a aprovação da União Soviética como forças progressistas. Considerou-se que a tarefa dos Partidos Comunistas dos países subdesenvolvidos devia ser a de apoiar as forças nacionalistas. Outra mudança consistia na percepção de que a debilidade das burguesias nacionais nos países subdesenvolvidos implicava em que algumas das indústrias básicas so poderiam ser desenvolvidas pelo setor estatal, debilitando, ao mesmo tempo, a posição das forças imperialistas. De acordo com análises feitas em importantes conferências sobre as burguesias nacionais realizadas entre 1955 e 1956, este setor social era ainda capaz de

desempenhar um papel revolucionário, concluindo-se, em vista disto, que mereciam o apoio dos partidos proletários de todas as partes, tanto no Terceiro Mundo em geral, como na América Latina em particular.²⁵⁾ Sintetizando as inovações de Krushev em Política exterior, nota o professor Triska: “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, celebrado em fevereiro de 1956, tantas vezes aclamado pelo famoso “discurso secreto”, denunciando Stalin, foi menos notável nas inovações em política exterior. No informe do Comitê Central apresentado por Krushev, este reformula os conceitos de seu predecessor relacionados como divisão do mundo, incluindo três campos em lugar de dois. As áreas “coloniais” e “semi-coloniais” da Ásia, África e América Latina foram separadas explicitamente do campo capitalista e incluídas como constituindo uma unidade própria. No mesmo informe, Krushev reinterpreta os pronunciamentos de Lenin sobre a guerra, deixando claro que, na época presente, uma guerra geral entre capitalismo e socialismo, como sistemas, não era “fatalmente inevitável” e que, de fato, devia ser evitada”.²⁶⁾

Em consequência destas mudanças na União Soviética, a América Latina começou a receber maior atenção de sua parte. Até então, as relações diplomáticas e econômicas entre a América Latina e a Rússia tinham experimentado um caráter esporádico; eram cortadas e reestabelecidas de acordo com o grau de “ameaça comunista” que em cada caso se percebia. Durante a segunda metade dos anos 50, podem ser notadas algumas tendências sob as quais novas políticas irão sendo desenvolvidas e consolidadas. O longo caminho, porém, não foi desenvolvido sem dificuldades. Basta notar que até o início dos anos 60 ainda apenas México, Uruguai e Argentina mantinham relações regulares com a União Soviética.

Em uma conferência de imprensa em 1956, Bulganin enunciou a aplicação da política de cooperação pacífica para com a América Latina,²⁷⁾ e Nikita Krushev fez o mesmo imediatamente depois.²⁸⁾ Ambos salientaram o interesse soviético em fortalecer a cooperação internacional, particularmente através das relações diplomáticas e comerciais, dentro dos limites do respeito dos estados, tanto os grandes como os pequenos, em reconhecimento dos direitos de todos os povos a um desenvolvimento nacional e estatal independente. Declara-se que durante a era Stalinista a União Soviética quase não prestou atenção aos países da América Latina. Com Krushev e seus sucessores existem novos intentos de boas relações, ressaltando-se o papel que devem desempenhar as relações culturais como veículo capaz de promover a compreensão e as relações pacíficas entre os povos. “O povo soviético, declara Krushev em 1958, mostra grande interesse pela velha e

esplêndida cultura dos povos latino-americanos e está preparado para estabelecer os mais amplos vínculos culturais com esses países".²⁹⁾

Entre 1956 e princípios dos anos 60, apesar de que nenhum outro país latino-americano havia restabelecido relações diplomáticas com a Rússia — a pressão dos Estados Unidos havia impedido alguns intentos neste sentido, os aspectos comerciais e culturais receberam franco progresso. Entre 1956 e 1958, delegações dos governos do Uruguai e do Brasil foram convidadas a visitar a União Soviética, seguidas por delegações do México, Chile, Bolívia, Venezuela, Peru, Costa Rica e Argentina. Igualmente, delegações soviéticas visitaram México, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai. Ademais, relações comerciais foram desenvolvidas com Argentina, Brasil e Uruguai, ainda que no Brasil, por exemplo, não havia restabelecido suas relações diplomáticas com Moscou.

A necessidade de uma amizade mais estreita, que permitisse uma colaboração ativa entre ambos os povos, levou os soviéticos a criarem em 1957 a Sociedade de Amizade e Cooperação Cultural com os países Latino Americanos. Prepararam-se então em Moscou tournées de músicos, artistas, ballets e estudantes pela América Latina e foram convidadas personalidades proeminentes desta região a visitarem a União Soviética.³⁰⁾ O interesse soviético conduziu ainda à criação em Moscou do Instituto Latino-Americano, com a intenção de promover estudos de interesses histórico, social e econômico sobre a região. A mudança da atitude soviética para com a América Latina é explicada oficialmente pelo reconhecimento de que esta região "está desempenhando um crescente e importante papel como uma das principais frentes de luta dos povos contra o imperialismo e pela liberação nacional, independência e democracia."³¹⁾

Com a exceção de Cuba, que restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética em 1960, a Rússia não manteve relações senão com México, Uruguai e Argentina durante o período 1953-1963. No entanto, nos demais países latino americanos, ainda que proibidos por lei em muitos casos, os Partidos Comunistas eram comumente tolerados. É a partir de 1959 que se estende por todo o continente um forte movimento a favor do restabelecimento de relações diplomáticas com Moscou. Foram aprovadas moções parlamentares neste sentido no Brasil, Chile e Venezuela. De ambas as partes, missões amistosas vinham concretamente solidificando este objetivo.³²⁾ Especialmente nos países onde não existiam estes tipos de iniciativas em favor de relações oficiais ou naqueles onde os Partidos Comunistas estavam postos fora de lei, tocava às organizações culturais desempenhar um papel importante como forma de contato com a União Soviética.

O movimento pela coexistência pacífica muito favoreceu a criação desta classe de organização dentro do contexto político latino-americano. As mais importantes organizações eram o Conselho Mundial da Paz, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Mundial de Sindicatos, a Associação Internacional de Advogados Democráticos e a Organização Mundial de Jornalistas.³³⁾

Quais as razões que levaram a União Soviética a buscar tão empenhadamente relações com a América Latina durante o final dos anos 50 e o início dos 60?

Parece que, durante a época de Kruschev e até que Fidel Castro ascendesse ao poder em Cuba, a União Soviética começou a considerar a América Latina como uma área global onde o poder norte-americano limitava decisivamente a atividade dos socialistas. Mais que em qualquer outra parte do mundo não desenvolvido, a União Soviética desenvolveu para com a América Latina a estratégia da transição pacífica ao socialismo. Isto deve ser focado dentro do contexto da lenta transformação da União Soviética em poder mundial como conseqüência do desenvolvimento de suas capacidades internas, econômicas e militares, e dos custos e riscos que poderia acarretar-lhe a adoção de uma política exterior agressiva. Quer-se dizer com isto que, quando a União Soviética se transforma em grande potência, as conotações e supostos ideológicos ou apenas éticos tendem a ser substituídos gradativamente por razões apenas "práticas" ou "pragmáticas". A ideologia Socialista da "colaboração internacional" vai sendo substituída por "princípios organizativos". Dentro desta perspectiva, as relações diversas, econômicas, políticas e culturais, para com a América Latina, até Fidel Castro e a Revolução Cubana, começam a ter objetivos mais práticos que estritamente ideológicos. Em primeiro lugar, e de acordo com a perspectiva de uma transição pacífica para o socialismo, a criação de nexos variados com os povos latino americanos, com a intenção de afirmar uma imagem favorável da União Soviética na região, redundava útil a esta nação, já que podia apresentar-se a si mesma, com seus êxitos políticos e econômicos, como um exemplo aos latino-americanos em busca de desenvolvimento e participação. Ademais, o apoio soviético às alianças da classe operária com a burguesia progressista e o apoio ao setor estatal da economia eram vistos como um fator favorável à etapa da transição pacífica. O debilitamento possível do papel predominante que os Estados Unidos desempenhavam na região era visto também como fator importante pela União Soviética para manter na região esse tipo de relações.

VI

Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e os subsequentes e bem conhecidos acontecimentos, que conduziram à confrontação entre a União Soviética e os Estados Unidos, intensificaram-se as discussões acerca dos caminhos para o socialismo na América Latina, e a União Soviética se viu obrigada a introduzir ligeiras modificações na apreciação de seu papel nesta área. Uma das razões disto residiu no fato de que Cuba demonstrou que os métodos tradicionais para a transição para o socialismo não constituíam necessariamente modelos a serem seguidos na época atual. Castro havia obtido o poder não como líder marxista, porém tornando-se tal em seguida, rompendo desta maneira a teoria da transição pacífica ao socialismo através de uma coalizão governamental. O fato político cubano desprestigiou a idéia das etapas tradicionais da revolução socialista, que preconizava uma primeira fase de “revolução democrática”, dirigida pela classe operária e pela burguesia progressista com seus partidos, e uma segunda, a “revolução socialista”, quando a classe operária adquirisse o poder.

Com o surgimento da guerrilha na América Latina, e especialmente com o exemplo de Cuba, a política soviética na região teve que ser revisada em quatro aspectos: as estratégias políticas do movimento comunista, os caminhos econômicos para o socialismo, relações da Rússia com os Estados Unidos e, finalmente, relações econômicas e políticas com os governos latino-americanos.

Com a revolução cubana, os dirigentes soviéticos foram postos em confronto a uma vitória inesperada e a um socialismo novo e pouco comum. Primeiro, Castro não declarou no início que sua revolução era socialista, mas, forçado pela atitude intervencionista dos Estados Unidos, teve a habilidade política para conseguir que uma relutante União Soviética se tornasse sua aliada. A relutância soviética pode ser explicada pelo receio razoável do preço político que sua diplomacia teria que pagar por uma revolução suscetível de sofrer uma intervenção com êxito por parte dos Estados Unidos. Em segundo lugar, Castro não pretendeu manter uma política de compromisso entre o capitalismo e o socialismo. Definiu Cuba como uma sociedade socialista. Terceiro, em oposição à União Soviética, Castro foi capaz de sustentar uma orientação estratégica independente para o movimento revolucionário latino-americano. Quarto, o curso que havia seguido o regime revolucionário cubano havia sido traçado por um imprevisto movimento guerrilheiro e não pelo partido comunista, com o qual suas relações no passado haviam sido no mínimo frias.

O compromisso mantido por Castro de promover a revolução armada na América Latina levou a União soviética a enfrentar sérios problemas ao ter que se definir ante os Partidos Comunistas locais, já que sua doutrina de transição pacífica estava sendo desafiada. Os cubanos criticam publicamente os soviéticos e afirmam seu apoio à luta armada. Quando em 1965 pareceu que Moscou, e Havana haviam chegado a um acordo sobre o caminho pacífico, Castro dá ênfase à rebelião armada ao se realizar a Conferência Tricontinental, em 1966,³⁴⁾ e, ao mesmo tempo, torna-se menos propenso ao reformismo. Castro ataca os países socialistas por suas relações com o reformista Frei, do Chile,³⁵⁾ a União Soviética por manter relações com oligarquias,³⁶⁾ defendendo ao mesmo tempo o direito de Cuba de interpretar o marxismo à sua maneira.³⁷⁾ “O que define um comunista, declara, é sua ação contra as oligarquias, sua ação contra o imperialismo e neste continente, sua ação no movimento revolucionário armado”³⁸⁾ Castro incluía em suas críticas todos os líderes comunistas clássicos da América Latina, partidários da posição soviética. Na I Conferência da Organização de Solidariedade Latino-Americana (OLAS), em 1967, estando presentes representantes de todo o hemisfério, concordou-se que “a luta armada era inevitável”.³⁹⁾ Em 1968, quando Anibal Escalante e os comunistas da velha guarda de orientação pró-soviética eram condenados em Cuba, Castro estava condenando ao mesmo tempo a todos os partidos comunistas tradicionais da América Latina e suas estratégias de aliança com a burguesia.

O comportamento da União Soviética perante a problemática levantada por Cuba foi ambíguo. Por várias vezes tratou de atrair Castro a sua posição, mas sem êxito. Procurou o apoio de Castro na disputa sino-soviética, mas Fidel evitou compromisso, conseguindo manter uma perspectiva independente para o socialismo cubano e rechaçando a teoria do bloco socialista que relacionava desenvolvimento com o rápido crescimento industrial. Explicou que a agricultura especializada cubana era funcional como mecanismo de desenvolvimento, optando ao mesmo tempo em favor de incentivos morais ao invés de materiais, como força mobilizadora dos indivíduos.⁴⁰⁾ “Não somos satélites de ninguém”, diz abertamente em 1965.⁴¹⁾

A posição independente de Cuba em relação ao seu próprio movimento e perante o caminho latino-americano para o socialismo significou, em última instância, a perda, por parte da União Soviética, do controle do movimento socialista nesta parte do mundo. Tentando ainda manter este controle, ela enfatizou a unidade necessária ao movimento comunista, apoiando, no entanto, as diversas estratégias seguidas no continente. Os partidos comunistas locais, segundó a URSS, deveriam empenhar-se por

combinar corretamente todas as formas de luta ao invés de se concentrarem numa só forma, isto é, na estratégia cubana de revolução armada.⁴²⁾ Esta posição ambígua alienou, até certo ponto, o papel da União Soviética como inspiradora da revolução latino-americana.

Pode-se perguntar sobre a razão do forte apoio econômico e técnico que a União Soviética sempre manteve com Fidel Castro. A explicação está possivelmente relacionada com o papel que desempenha Castro em relação aos Estados Unidos. A necessidade do apoio a Castro nasceria da oportunidade que se apresentaria à União Soviética de reduzir o poder econômico dos Estados Unidos na América Latina e de fortalecer o nacionalismo na região. Castro erradicou os interesses econômicos dos Estados Unidos em Cuba e ofereceu aos demais países do continente um exemplo do que podem fazer. Assim, quando se instala o nacionalismo militar no Peru, a União Soviética se dispõe a fornecer a este país um crédito comercial de cem milhões de dólares para a aquisição de maquinaria pesada.⁴³⁾ Em segundo lugar, os passos que deram os Estados Unidos em Cuba acentuaram a inconsistência da política norte-americana com relação às doutrinas de não intervenção e às decisões multilaterais formuladas no pós-guerra através da OEA. Castro continua proclamando, ante a América Latina, o caráter intervencionista das relações dos Estados Unidos com os países do continente. A quebra destes princípios frente a Cuba e à República Dominicana tornou-se patente para muitos estados latino-americanos. Por último, e talvez um dos fatores mais importantes, o compromisso anti-imperialista de Fidel é um dos elementos que mais satisfazem à política da União Soviética. Raymond Duncan assinalava em 1970 que “a combinação de nacionalismo e marxismo-leninismo faz de Castro o principal crítico latino-americano da política dos Estados Unidos e, em consequência, uma das peças principais do jogo político de Moscou. Concretamente, é um governo latino-americano, dirigido por um partido comunista no poder, ainda que dominado por Castro, que exerce o principal papel anti-imperialista no hemisfério ocidental e não os Partidos Comunistas locais sob a linha soviética, como sucedia na era pré-Castro”.⁴⁴⁾

Como já se notou anteriormente com relação à política soviética de “coexistência pacífica”, dos anos 50, aqui, igualmente, a motivação da política de apoio a Castro provém em primeiro lugar do fato de ter a União Soviética se tornado um poder mundial. Isto porque a Rússia deve agora competir para sobreviver como grande potência e deve aproveitar as oportunidades de se afirmar ante seu principal competidor, os Estados Unidos. Em busca destes objetivos ela deve agora acomodar-se às diferenças ideológicas de seus aliados, nos casos em que as circunstâncias não tornem aconselhável uma intervenção. Com relação ao contexto latino-americano,

pode-se perceber, através do caso cubano, a minimização do compromisso ideológico perante motivos pragmáticos. Minimizando os ataques ideológicos de Fidel Castro acerca de sua estratégia de coalizão burguesa, a União Soviética é capaz de enfatizar seus objetivos mais amplos, a nível global, como potência mundial.

O mesmo objetivo pragmático pode-se perceber nas relações diplomáticas e econômicas com a América Latina, na segunda metade da década de 60. Em 1963, durante o governo Goulart, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com Moscou. O golpe militar de 1964 não implicou no rompimento de relações diplomáticas e comerciais entre os dois estados, pelo contrário, estas últimas continuaram incrementando-se. Em 1966, a Rússia firmou um acordo ainda mais amplo com o governo brasileiro, através do qual ela concordava em fornecer, durante o período 1966-69, maquinaria e equipamentos no valor de cem milhões de dólares, a crédito.⁴⁵⁾ Com o Chile, durante o governo de Frei, restabeleceu relações diplomáticas, em 1964, e, em 1967, firmou um triplice acordo comercial para suprir o país com maquinaria e equipamentos, assistência técnica e econômica.⁴⁶⁾ O restabelecimento de relações diplomáticas com a Colômbia se efetua em 1968, o que só foi possível pela exigência que Moscou fez ao Partido Comunista Colombiano no sentido de que este restringisse suas atividades guerrilheiras e se convertesse em uma organização passiva de auto-defesa.⁴⁷⁾ Os acordos comerciais entre os dois países haviam começado em 1966 e foram reforçados em 1968. Ambos os tipos de relações foram duramente criticados por Castro e a União Soviética foi criticada por financiar e dar assistência técnica a oligarquias latino americanas.⁴⁸⁾ Assim mesmo, o Partido Comunista Colombiano aprovou a política soviética.⁴⁹⁾ O governo militar do Peru estabeleceu relações diplomáticas comerciais e econômicas com a Rússia, pela primeira vez na história peruana, após a revolução de outubro, em 1969.⁵⁰⁾

Em 1970, a União Soviética já mantinha relações diplomáticas com dez países latino-americanos: Cuba, México, Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, Peru, Chile, Venezuela e Guiana. Ainda que os governos destes países, com a exceção de Cuba e Chile, fossem abertamente anti-comunistas, estas relações eram efetuadas em clima tranquilo. Mesmo a radical repressão anti-comunista num país como o Brasil, por exemplo, nunca chegou a ameaçar as relações econômicas e comerciais da Rússia para com esse país. As relações econômicas vieram aumentando significativamente. Reiteradamente a União Soviética veio expressando que as bases destas relações eram “a fraternal cooperação e ajuda mútua” para apoiar a América Latina em sua luta pelo desenvolvimento.⁵¹⁾ Mais concretamente essas declarações

enfaticavam a competição com os Estados Unidos, já que as relações econômicas da Rússia com a América Latina contribuam para “favorecer o debilitamento de sua dependência dos poderes imperialistas, os Estados Unidos em primeiro lugar. . . O desenvolvimento do comércio com a URSS cria condições que permitem a alguns países latino-americanos suportar a pressão dos estados imperialistas. . . os nexos comerciais entre a URSS e os países latino-americanos são também um obstáculo às aspirações agressivas dos Estados Unidos. . .”⁵²⁾

Na análise que viemos fazendo até aqui, chamou-se a atenção para o rebaixamento do caráter ideológico da política externa soviética em favor de relações mais estáveis e de caráter mais imediatista e pragmático, com a competição entre Estados Unidos e Rússia refletindo-se nas suas relações com a América Latina. Esta contatação parece bem próxima do que diz Robert North na sua teoria da “pressão lateral” das grandes potências sobre países menos desenvolvidos. North sublinha o fato de que as potências de alta capacidade e alta pressão lateral, ao expandir seus interesses, comumente dominam os países menos desenvolvidos. Nestes casos existe freqüentemente a percepção de que tais interesses devem ser defendidos e, quando os limites dos interesses de duas ou mais potências de alta capacidade (em termos de capacidades especializadas na agricultura, no comércio, na indústria, em investimento, em poder militar, etc.) se intersectam, podem surgir confrontações e os dois contendores podem perceber-se a si mesmos como os competidores por influência e controle. Cada um estará propenso a fazer o que lhe for possível para impedir ao outro o acesso que ele próprio gostaria de possuir aos recursos naturais, aos mercados, à política e à economia das regiões de baixa capacidade.⁵³⁾

VII

Os objetivos políticos da União Soviética na América Latina, como viemos analisando até aqui, variaram de acordo as doutrinas dos diferentes períodos, doutrinas que, por outro lado, eram diferentemente formuladas em função do contexto político mundial cambiante e em função da evolução interna do socialismo na própria União Soviética. A partir dos intentos iniciais dos anos 20 e 30 de desenvolver partidos comunistas capazes de derrubar a burguesia e tomar-lhe o poder, passou-se a táticas de frentes populares no sentido de capacitar esses partidos para aumentar sua influência sobre os governos ou no interior de alianças políticas, ou simplesmente no sentido de capacitá-los para reforçar o nacionalismo latino-americano,

encorajando assim as repúblicas latinas a diminuírem seus contatos e sua dependência para com os Estados Unidos. A agressividade das estratégias das duas primeiras décadas sob a orientação do Comintern dificultou em boa parte o desenvolvimento de relações políticas e econômicas normais. A visão ameaçadora que tinham os governos latino-americanos com relação ao comunismo desfez-se em parte por ocasião da guerra contra o fascismo, tendo 14 governos latino-americanos estabelecido relações diplomáticas com a URSS. No período 1947-53, porém, ante a atmosfera da Guerra Fria e a limitada flexibilidade da Doutrina soviética com Stalin, 11 dos 14 países foram levados a romper relações com a Rússia.⁵⁴⁾

Posteriormente a Stalin, a doutrina da “coexistência pacífica” refletiu ao mesmo tempo a necessidade que sentia a União Soviética de incrementar seus êxitos econômicos internos e a possibilidade de continuar se desenvolvendo em termos de grande potência perante os demais países e continentes ameaçados por constantes conflitos. Segundo a nova orientação, os países subdesenvolvidos encontrariam o caminho para o socialismo através de um longo processo cuja estratégia se baseava na aliança dos trabalhadores com as burguesias. Este enfoque se fortalecia, no caso latino-americano, pelo fato de os soviéticos considerarem o poder e a influência norte americana como exercendo grande pressão sobre a região e limitando enormemente as possibilidades dos Partidos Comunistas locais.

A saída cubana foi uma surpresa na América Latina. Uma vez consumado o fato, considerou-se, por breve período, a possibilidade de ampliar-se o socialismo na região. As dificuldades experimentadas por Castro ao tentar exportar sua revolução sem que os Estados Unidos intervissem e o fato de que, já nos anos 60, regimes militares anti-comunistas se estabelecessem em vários países, todos estes fatores ajudaram a se desfazer, aos poucos, o otimismo inicial das predições soviéticas. Em consequência, já na segunda metade dos anos 60, os objetivos soviéticos na América Latina “são mais limitados e realistas que no período anterior à crise do Caribe. . . A Rússia agora aponta para metas mais modestas e realistas”.⁵⁵⁾

Quais são, no entanto, estas mais modestas e “realistas”? Primeiramente, os soviéticos começam a perceber que a transição dos demais países latino-americanos ao socialismo não poderá ser tão rápida como no caso de Cuba. Argumentava Dinerstein que este tipo de transição, sem que se desenvolvesse previamente em cada país uma base econômica sólida, requereria um tipo de ajuda econômica e militar por parte da Rússia que ela não estaria disposta a pagar. Mais ainda, uma tal mudança poderia ser impedida internamente pelos Estados Unidos, o que significaria um fracasso inevitável para a URSS.⁵⁶⁾ Por estas razões, era preferida uma transição

que fosse totalmente pacífica e que viesse como consequência de uma aliança com os governos constituídos.

Dentro de tais parâmetros, não causa estranheza que a União Soviética, já no fim dos anos 60, procure reatar relações políticas e econômicas com as nações latino-americanas independentemente das políticas internas e externas freqüentemente reacionárias dessas nações. Em tais circunstâncias, comenta James Petras, “a ajuda econômica soviética reforça os programas norte-americanos orientados a estabilizar o “estatus-quo”, enquanto que sua influência ideológica e seus nexos com os Partidos Comunistas locais debilitam a habilidade destes para reforçar as lutas internas que venham a se desenvolver na América Latina”.⁵⁷⁾ Ao estabelecer programas de ajuda econômica e laços comerciais, a União Soviética estaria supondo que os setores médios progressistas das sociedades latinas podem, a longo prazo, chegar a ser agentes específicos de transição ao socialismo, e que uma das condições para o desenvolvimento desses setores seria a expansão interna do mercado.⁵⁸⁾

A moderação crescente nas pretensões da União Soviética na América Latina, sua crescente apreciação da realidade latino-americana e a mudança na sua doutrina oficial a partir de Kruschev, substituindo o ímpeto revolucionário do movimento comunista internacional por uma política de coexistência, e, durante a década de 60, o seu desengajamento progressivo dos modelos cubano e chinês, todos estes fatores facilitaram a sua reaproximação e o reatamento, ou início, de relações diplomáticas com a grande maioria dos governos latino-americanos. A eleição de Allende no Chile veio corroborar, para os soviéticos, o acerto de sua política para com a América Latina em oposição às doutrinas de revoluções nacionalistas radicais. Na imprensa soviética, o exemplo chileno foi então enfaticamente recomendado como modelo a ser seguido pelos demais partidos comunistas locais do continente.⁵⁹⁾

Em 1971, a União Soviética, numa situação sem precedentes, mantém relações diplomáticas com todos os países sul-americanos e com México e Costa Rica na América Central. São relações que facilitam o desenvolvimento dos interesses soviéticos na região, se, ao que parece, a expansão das atividades econômicas é de interesse para a União Soviética por outras razões que não as puramente políticas. Na medida em que a União Soviética vai se tornando uma sociedade predominantemente de consumo, suas necessidades de importação se tornarão, possivelmente, maiores e mais diversificadas.⁶⁰⁾

Ao iniciar a década de 70, o papel que a União Soviética poderia no futuro desempenhar na América Latina parecia depender ainda de algumas decisões não tomadas acerca de suas relações exteriores. Até a morte de Stalin, esta política esteve orientada para o Movimento Comunista mundial, apesar das concepções do “socialismo num só país”. Na era de Kruschev e seus substitutos imediatos, a União Soviética veio atuando numa dupla direção, como Movimento Internacional e como poderoso Estado, preocupado por sua sobrevivência e pela consolidação de seus êxitos internos, num mundo onde a cisão dentro do próprio campo socialista, com base na posição independente da China e os conflitos que isto foi gerando no bloco socialista europeu, debilita enormemente a liderança soviética. Cisões talvez mais profundas do que as desavenças dentro da aliança capitalista. Era evidente, como salientava Asparturian ainda no final dos anos 60, que “os soviéticos deveriam finalmente decidir se estavam à cabeça de um Estado ou de um movimento frente ao desafio chinês e às pressões norte-americanas, o atual intento provisório de atuar como um Estado não pode ser mantido indefinidamente ao mesmo tempo em que ainda se aferra à retórica da revolução”.⁶¹⁾

A ambivalência destas duas atitudes da política soviética continuou a refletir-se também nas suas relações com a América Latina. Em suas relações diplomáticas e comerciais comporta-se cada vez mais como grande potência, preocupada com razões de Estado, fortalecendo suas vantagens econômicas. Como orientadora do movimento comunista, apesar da reduzida relevância de sua influência face aos processos revolucionários recentes na América Latina, a União Soviética prossegue na renovação periódica, principalmente através da imprensa e do Partido, do clima de luta ideológica, proclamando à revolução democrática e anti-imperialista.⁶²⁾

Na atualidade, parece fortalecer-se ainda mais a tendência da União Soviética a se fortalecer como Estado em detrimento dos elementos ideológicos do movimento comunista. Recordemos apenas, no contexto internacional, o relaxamento da tensão, a política externa mais flexível e moderada das lideranças soviéticas exemplificada pela reaproximação com os Estados Unidos. Esta distensão vem significando acordos de cooperação tecnológica e principalmente alargamento significativo das relações econômicas entre os dois países, com clara esperança, por parte dos líderes soviéticos, de um progressivo aumento, em seu país, de comércio e investimento privado do ocidente, e dos Estados Unidos particularmente. De igual modo, o fim da intervenção americana direta no Vietnã e a reaproximação da China com os Estados Unidos diversificam grandemente o contexto das relações internacionais. Um dos aspectos da mudança na política chinesa na direção

de amplos contactos diplomáticos e comerciais com o ocidente consistiu em ter este fato desimpedido a União Soviética da acusação vexatória, dirigida a ela por parte dos chineses, de "conluio com o capitalismo" através de sua política de "coexistência pacífica".⁶³⁾ Estas mudanças todas se verificam num momento em que na América Latina, a par de uma solidificação das atitudes pró-capitalistas, a União Soviética vem perdendo as últimas bases de sustentação de sua estratégia como movimento em prol do socialismo. Concretamente, os revezes do movimento sindical uruguaio e, principalmente, o fracasso da experiência socialista no Chile. O significado desses revezes pode ser medido pelo rompimento, por parte da Rússia, de suas relações diplomáticas e comerciais com ambos os países. Por outro lado, a política cubana, que se orientava há já alguns anos para a aceitação dos poderes estabelecidos no continente e na direção de políticas que pudessem contribuir para a ruptura do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, facilitando deste modo o próprio desenvolvimento econômico de Cuba,⁶⁴⁾ parece agora nas vésperas de sua concretização.

VIII

Até aqui procuramos, fazer uma análise do desenvolvimento histórico-político das relações diplomáticas da URSS com a América Latina, bem como da política do movimento comunista internacional. Nosso último ponto será um rápido exame das dimensões especificamente econômicas destas relações, com ênfase nas suas manifestações atuais.

A maior parte da literatura que trata das relações econômicas da América Latina com o resto do mundo tem sido enfática quanto ao papel central dos Estados Unidos. Este é, historicamente, o país mais importante para a América Latina seja como importador ou exportador de capitais, bens e serviços. Neste sentido, um número relevante de autores que tratam do imperialismo norte-americano na América Latina tem destacado a função que este joga como obstáculo a um desenvolvimento maior e mais equilibrado da região, bem como um obstáculo perene a uma maior autonomia política externa e democracia política interna.⁶⁵⁾

Aparentemente, não há possibilidades de considerar como alternativa viável uma relação mais estreita de cooperação com países socialistas, especialmente a União Soviética. Mesmo diante de dilemas surgidos no âmbito do próprio centro capitalista, como por exemplo a contradição entre o objetivo de "extraterritorialidade" aspirado pelas gigantescas empresas

norte-americanas no exterior e a política oficial do governo americano, que procura negar tal pretensão, a possibilidade de uma vigorosa política de cooperação com os socialistas não é aprofundada como medida de um crescimento menos vinculado a políticas das empresas globais.

De outro lado, as crises emergentes no centro capitalista, especialmente a partir da nova política petrolífera árabe desde 17 de outubro de 1973, tendem a ter uma crescente influência sobre a periferia. Balança de pagamentos, transações comerciais deficitárias, crises no abastecimento interno de bens de consumo ou insumos para produção de bens duráveis, podem ser tomados como indicadores cruciais para identificação dos efeitos da crise capitalista central nos países periféricos. Com isto, acreditam muitos, estará aberta a possibilidade histórica de implementação de sistemas socialistas, mesmo em áreas com relações já socialmente cristalizadas em função de um padrão capitalista. Todavia, ainda que em presença da crise emergente e dos problemas de organização política que ela deve representar, são poucos os autores que dão atenção às possibilidades alternativas que representaria um estreitamento das relações da América Latina com os países socialistas.

Consideradas na sua totalidade, as relações econômicas entre países e regiões compõem parte substantiva do sistema de relações políticas internacionais. Desde cem anos antes da primeira guerra mundial, e até nossos dias, tem havido mesmo uma tendência a destacar os aspectos econômicos nas relações internacionais. A doutrina do "livre-comércio" sempre teve por corolário que comércio e relações econômicas de modo geral implicam no estabelecimento e fortalecimento da paz. Mais recentemente, uma emergente "doutrina marxista", como tem sido apresentada por homens de Estado e intelectuais, também vem apregoando os mesmos resultados. Esta tese, pois, parece ser universalmente aclamada hoje em dia. Há, todavia, quem dispute esta aceitação universal, chamando atenção para o fato de que talvez a relação causal seja oposta, na medida em que um baixo nível de relações comerciais e financeiras é o resultado de condições políticas e uma indicação de que estas não são favoráveis nem para o comércio nem para a paz.⁶⁶⁾

O caráter dependente do desenvolvimento contemporâneo latino-americano tem gerado práticas contraditórias. A situação de dependência denuncia a constante exploração do centro sobre a periferia capitalista, ao mesmo tempo que permite uma independência relativa de movimentos por parte da periferia. Um estudo mais detalhado poderia demonstrar como esta dependência não tem diminuído ao longo das últimas décadas, mas se transformado em níveis distintos. Enquanto isto, a outra faceta do fenômeno indicada pela relativa independência de movimentos da periferia está a indicar a complexidade da situação.⁶⁷⁾

As relações entre centro e periferia capitalista, contemporaneamente, já não podem mais ser abarcadas exclusivamente por teorias clássicas sobre a expansão do capital, tais como as de Hilferding e Lenin. As novas características do investimento externo nos países subdesenvolvidos, agora basicamente com capital gerado pelos mercados locais, juntamente com outras dimensões do crescimento capitalista (centralização das decisões de empresas metropolitanas, tecnologia e técnicas de marketing), requerem uma análise mais sofisticada do fenômeno.

Ao lado destas transformações no sistema de relações, na medida em que estas relações mudam de qualidade, há um crescente exercício de distensão e relativa autonomia por parte da periferia frente ao centro capitalista. Dai que políticas cognominadas de *pragmatismo* devam ser vistas dentro de um contexto de mudança qualitativa acelerada no sistema capitalista internacional, ao mesmo tempo em que a dramática aceitação da existência de um centro que constrange o crescimento da periferia. Porisso, a grande importância de uma análise global das tendências latino-americanas no quadro das relações econômicas internacionais.

Em meio a todas as transações econômicas de caráter internacional, o comércio é a principal categoria entre a América Latina e o resto do mundo. O comércio de mercadorias e de serviços (seguros, fretes, viagens, outros transportes e serviços, mas não incluindo rendas de investimento), é responsável por aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) do volume bruto em moeda relativo a todas as transações econômicas entre a América Latina e o mundo. O que resta é representado por transações financeiras entre a América Latina e outros governos e entre governos latino-americanos e organizações internacionais (doações, empréstimos, amortização da dívida principal e juros), mas principalmente por transações financeiras internacionais de caráter privado. Aí estão fundamentalmente representados créditos comerciais, rendas de investimento privado e investimento privado bruto.⁶⁸⁾

Esta predominância do comércio, dentro do contexto das relações econômicas internacionais da região, tem se dado num quadro bastante característico de expansão da economia mundial. O que vemos é uma evolução econômica compatível com a média mundial no que se refere ao produto interno bruto e a produção industrial. Embora bastante abaixo da União Soviética e do Japão (incluído em Ásia), este crescimento mantém-se compatível com os demais países e regiões considerados. O mesmo não ocorre com relação às exportações.

TABELA 1

Expansão da Economia Mundial, 1950-70
(índices de volume total para o ano 1970: 1950 = 100)

	<i>Produto Interno Bruto</i>	<i>Produção Industrial</i>	<i>Exportações</i>
Mundo	270	280	385
Estados Unidos	210	250	295
América Latina	250	300	195
Europa Ocidental	260	310	470
União Soviética	435	700	740
África	—	—	305
Ásia (Japão inclusive)	325	820	440

FONTE: A. Pinto e J. Kñakal, "El sistema centro-periferia veinte años después", *Revista de la integracion*, BID-INTAL, maio 1972, n.º 10, pp. 5-84.

Sabidamente uma área dependente das transações comerciais com centros metropolitanos, dadas as características do modelo de industrialização adotado, que requer permanente afluxo de capital e bens importados, a América Latina tem presenciado uma decrescente participação relativa no comércio internacional.

TABELA 2

Participação Relativa da América Latina no Comércio Mundial, 1958-72
(percentual sobre valores em milhões de US\$)

<i>Ano</i>	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>
1958	7,5	10,5
1968	5,1	5,8
1972	4,7	4,8

FONTE: IBRD/IMF — *Direction of Trade*, vários boletins mensais relativos ao período. A tabela acima é produto da transformação em percentagem dos dados publicados pelo IBRD/IMF em valores monetários.

Esta perda relativa de status, seja como importador ou exportador, não configura o continente latino-americano como um quadro de países em estagnação econômica. O comércio de vários países, principalmente Argentina, México, Brasil e Venezuela, tem aumentado substancialmente. No entanto, a pouca diversificação da pauta dos produtos exportados, a natureza de bens primários em sua maioria, políticas comerciais instáveis, políticas metropolitanas de caráter protecionista e eventuais crises de superabundância relativa de bens importados desde a periferia capitalista, tornam-se obstáculos importantes ao crescimento continuado da América Latina no comércio internacional.

Além disto, a diversificação comercial da América Latina, nas suas relações com o resto do mundo, tem sido acompanhada por um declínio no número de países industriais que contam com substancial participação da América Latina nas suas relações comerciais. Ao lado disto, a América Latina ainda tem de manobrar num contexto de pressões cruzadas que são exercidas por países não-hemisféricos no sentido de terem uma balança comercial equilibrada com ele. Isto leva os países latino-americanos a alterarem suas relações comerciais com os Estados Unidos, por decorrência direta. Portanto, a seletividade que possa vir a ser exercida pela América Latina, na escolha de seus sócios comerciais, está condicionada pelo seu alto grau de "abertura para o exterior", desde o início. Exemplos deste tipo aparecem diariamente na imprensa, os quais, muitas vezes por falta de um referente teórico-político, não são entendidos na sua amplitude. A pressão da Espanha contra o governo-Onganía, em 1968, suspendendo a compra de carne até que os argentinos se decidissem a aumentar suas compras de produtos espanhóis, é uma prova das práticas a que antes aludimos.⁶⁹⁾

Assinale-se ainda a grande concentração espacial do comércio exterior latino-americano, o qual se traduz por um grande volume de transações com países industrializados e, pelo contrário, um comércio reduzido entre os mesmos países latino-americanos ou entre eles e outras regiões subdesenvolvidas, ou ainda com países socialistas.⁷⁰⁾

Neste sentido, as características globais parecem apontar para a configuração de um modelo capitalista dependente de industrialização através da paulatina substituição de importações. Esta substituição, no entanto, não evitou a deterioração que tem ocorrido com o comércio exterior da América Latina, especialmente no tocante ao deficit de produtos químicos e maquinaria; tendo ainda servido para estabilizar o balanço negativo de "outras manufaturas", enquanto o valor absoluto das importações tem aumentado.⁷¹⁾

Numa perspectiva comparativa, é ilustrativo o confronto da evolução do comércio exterior latino-americano e japonês.

TABELA 3

Comércio Exterior de Japão e América Latina
(valores em milhões de US\$)

	América Latina		Japão	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1968	13.372	11.540	12.539	12.900
1970	16.085	14.373	18.995	19.318
1972	18.362	17.215	28.830	28.655

FONTE: IBRD/IMF, *Direction of Trade*, Annual 1969-72

Há um crônico deficit comercial característico nas relações econômicas internacionais da América Latina. Além disto, é notável a diferenciação dos setores externos da América Latina e do Japão, ainda que somente vista em termos de magnitude dos valores envolvidos. Mesmo sendo integrada por um grande número de países, a América Latina se vê gradativamente inferiorizada diante do crescimento do comércio internacional japonês. Isto nos ajuda a entender, através de uma acumulação gradual de dados qualificados, como o comércio latino-americano ilustra a posição de inferioridade do continente frente ao centro capitalista.

Estes países do centro capitalista ainda detêm parcela substancial do mercado latino-americano, como pode ser visto nas tabelas 4 e 5.

O conjunto das importações indica a acentuada proeminência dos Estados Unidos como fornecedor da América Latina. Esta hegemonia norte-americana vem decrescendo gradativamente, mas se mantém a um nível de liderança ainda incontestável. Concomitante a isto há uma ascensão do papel exercido por Japão e Alemanha. O comércio interregional, no que se refere as importações, permanece praticamente ao mesmo nível ao longo do período, numa intensidade bastante insatisfatória para sustentar uma integração mais rápida entre os países latino-americanos.

TABELA 4

Origem das Importações da América Latina
(distribuição percentual sobre valores em milhões de US\$)

	1964	1966	1968	1970	1972
	%	%	%	%	%
Estados Unidos	44,78	43,69	42,59	41,10	37,13
América Latina	12,59	13,67	13,54	13,23	11,20
Alemanha	8,74	9,63	9,58	9,94	10,03
Japão	3,63	4,21	4,52	6,11	8,86
Grã-Bretanha	4,99	4,44	4,83	4,64	4,64
Área Soviética*	1,44	1,48	1,33	1,13	1,10
União Soviética	0,37	0,57	0,26	0,23	0,05
Outros países	23,46	22,31	23,35	23,62	26,99

* A definição de "Área Soviética", segundo *Direction of Trade* acima citada, compreende os seguintes países: União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia, Romênia, China e Cuba.

FONTE: Os dados originais são fornecidos em milhões de dólares americanos nos vários boletins mensais e anuais de IBRD/IMF, *Direction of Trade*. A tabela acima é uma transformação destes dados em termos de distribuição percentual, selecionando-se países e regiões com um intercâmbio significativo com a América Latina no período considerado.

Através da análise do destino das exportações latino-americanas, notamos um padrão bem semelhante àquele derivado dos dados da tabela sobre a origem das importações. Os Estados Unidos aparecem como o maior mercado, tomado isoladamente, com uma concomitante ascensão do Japão e da Alemanha. O relacionamento intraregional obedece a um padrão ao mesmo tempo estável e insatisfatório. Em ambas as dimensões do relacionamento comercial da América Latina, fica patente a insignificância da presença dos países socialistas, mesmo a União Soviética, frente aos demais parceiros do centro capitalista.

Destas tabelas podemos concluir na mesma direção das elaborações de Galtung⁷²⁾ sobre o sistema feudal de relacionamento internacional. Uma vez estabelecidas as bases materiais dos sistemas de dominação e hegemonia econômica e política, os países periféricos tendem a se relacionar muito mais intensamente com o centro do que entre eles próprios, ainda que aparentemente este relacionamento possa ser intensificado através dos

organismos de integração regional como o Pacto Andino, ALALC, empresas binacionais ora em fase de implementação, etc.

TABELA 5

Destino das Exportações da América Latina
(distribuição percentual sobre valores em milhões de US\$)

	1964	1966	1968	1970	1972
	%	%	%	%	%
Estados Unidos	33,91	34,16	33,99	31,23	33,30
América Latina	9,60	10,51	11,73	12,07	11,54
Alemanha	7,46	6,66	6,88	7,34	8,55
Japão	4,22	4,41	5,68	5,99	6,34
Grã-Bretanha	6,94	6,40	5,92	4,91	4,24
Área Soviética*	3,07	3,63	2,13	2,30	2,84
União Soviética	0,53	1,16	0,46	0,48	0,40
Outros países	34,27	33,07	33,24	35,68	32,79

* Área Soviética compreende aqui os seguintes países: União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia, Romênia, China e Cuba.

FONTE: IBRD/IMF, op. cit. A presente tabela é uma transformação dos dados fornecidos em milhões de dólares americanos, selecionando-se os países e regiões com um intercâmbio significativo com a América Latina no período considerado. A alta percentagem incidindo sobre "outros países" não chega a deformar a distribuição, pois é basicamente devida a uma pulverização muito grande das relações comerciais internacionais da América Latina.

Esta saliência do centro capitalista na rede de intercâmbios comerciais da América Latina, ao lado de uma presença ainda insignificante dos países socialistas, tem correspondido a uma outra relação de caráter assimétrico. Este caráter é dado pela diminuta participação da América Latina no total do comércio internacional norte-americano e soviético. Ainda que possuindo uma parcela relativamente maior no comércio exterior dos Estados Unidos do que no da União Soviética, a América Latina não pode ser considerada parceira de grande porte de ambas as potências mundiais.

Com um modelo econômico baseado no crescimento para fora, via incremento das exportações, a maioria dos países da região, tem uma participação pouco relevante no comércio norte-americano. Este traço, ao

lado da dependência existente quanto as importações e exportações latino-americanas para os Estados Unidos, indica mais uma dimensão crucial de relações internacionais assimétricas onde a periferia ve cristalizar-se sua posição.

TABELA 6

Participação Percentual da América Latina no Total das Importações e Exportações de União Soviética e Estados Unidos

	1969		1970		1971		1972	
	I	X	I	X	I	X	I	X
União Soviética	2,3	1,0	1,9	0,3	1,5	0,3	1,6	0,2
Estados Unidos	11,7	12,8	12,0	13,2	10,7	12,8	10,4	13,0

I = importações de União Soviética e Estados Unidos.

X = exportações de União Soviética e Estados Unidos.

A tabela é produto de uma transformação dos dados fornecidos em milhões de dólares americanos em distribuição percentual.

FONTE: IBRD/IMF, *Direction of Trade*, diversos boletins mensais compreendidos no período 1969-73.

Num estudo como este, de caráter predominantemente descritivo das relações da União Soviética com a América Latina, convém destacar um aspecto especial destas relações no âmbito especificamente econômico-comercial. Trata-se do relacionamento do Brasil, país que, nos últimos anos, tem apresentado taxas de crescimento interno e expansão do setor externo bastante distintas das do restante da América Latina.⁷³⁾

Segundo dados recentemente liberados pelas autoridades responsáveis pela administração do comércio exterior brasileiro, este tem aumentado substancialmente com os países do leste europeu. Um dos motivos aparentes é dado pelo crescimento das compras do bloco socialista junto aos países ocidentais de modo geral, com uma taxa alegada de 50% de incremento entre 1972-73.

De acordo com a orientação geral dos países socialistas – os quais obedecem ao critério de bilateralidade, procurando manter o equilíbrio comercial de parte a parte – o Brasil apresenta um saldo geral de trocas, significando evidentemente a potencialidade de novos incrementos nas

relações que já somam parcela importante. Equipamentos pesados são os principais itens na pauta de trocas entre socialistas europeus e o Brasil, sendo equipamentos portuários, locomotivas e turbinas as mercadorias centrais nesta relação. Um balanço geral, em valores, pode ser vislumbrado na tabela abaixo.

TABELA 7

Comércio do Brasil com a Europa Oriental*
(valores em milhões de US\$, período 1971-73)

	1971		1972		1973	
	X	I	X	I	X	I
Rep. Democrática Alemã	19,8	23,0	41,5	15,5	39,0	18,6
Bulgária	6,7	3,8	12,4	4,3	19,9	2,1
Hungria	12,3	4,4	14,9	4,1	21,7	8,5
Iugoslávia	21,8	12,4	31,8	0,9	83,1	24,6
Polônia	24,1	47,4	45,4	31,3	50,2	23,9
Romênia	11,6	7,3	6,1	2,3	19,9	4,7
Checoslováquia	9,8	10,8	14,6	17,6	24,9	19,7
União Soviética	44,8	3,2	79,5	6,7	158,2	13,6

X = exportações brasileiras em milhões de US\$

I = importações brasileiras em milhões de US\$

* "Europa Oriental" aqui compreende os países da tabela, excluindo, pois, automaticamente China e Cuba da região "área soviética" como definida pelo IBRD/IMF em *Direction of Trade*, usado na construção das tabelas anteriores. Ao mesmo tempo inclui a Iugoslávia no bloco socialista.

FONTE: CACEX, conforme publicado em *O Estado de São Paulo*, 6 de outubro 1974, p.33.

Da tabela é possível concluir que há uma crescente importância do comércio exterior brasileiro com os países socialistas europeus. Ainda que apenas um período relativamente curto seja objeto de consideração, torna-se notável o aumento das exportações brasileiras para alguns destes países, como União Soviética, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Polônia e Iugoslávia.

No geral, o comércio brasileiro com a área socialista européia é caracterizado por uma acumulação de créditos comerciais, dadas as características do sistema socialista (bilateralidade procurando equilibrar a balança

comercial) e o superavit brasileiro. Como foi acima verificado, há apenas déficit para o Brasil nas relações com a Polônia (1971) e com a Checoslováquia (1971 e 1972), sendo superavitária com todos os demais países ao longo do período considerado. Ressalte-se ainda a potencialidade de um maior intercâmbio comercial com a União Soviética, dada a manifestação de interesse por parte deste país em participar da concorrência internacional com vistas ao fornecimento de turbinas e demais equipamentos pesados para a construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil.

Pode-se portanto concluir que, apesar da ainda reduzida participação da União Soviética e demais países socialistas no comércio com a América Latina, comparada com a participação do bloco capitalista, não resta dúvida de que a tendência é de que se intensifique este tipo de relação no futuro próximo. Mesmo esta participação atual reduzida, porém, já significa um passo importante, tendo-se em mente o clima adverso na América Latina num passado ainda recente, conseqüência de vários fatores, entresos quais, a desconfiança gerada pela guerra fria, a marcante presença americana e os tipos de lutas políticas no próprio continente latino-americano.

Quanto aos elementos burocráticos, ao sentido pragmático ou mesmo as razões de estado que informam hoje a política externa soviética, tudo isto deve ser considerado num plano mais amplo. Visam compatibilizar as necessidades de sobrevivência e crescimento com as implicações históricas de ter sido o país líder do mundo socialista, tendo assim a responsabilidade de atuar de uma forma complementar a esforços de estabelecimento do socialismo em outras áreas, ao mesmo tempo que funcionar como polo antagônico ao conjunto das políticas imperialistas ocidentais. Por isso, os elementos de caráter burocratizante não chegam a invalidar o papel revolucionário soviético no tocante ao estabelecimento de um quadro de paz relativa.

O papel da União Soviética na América Latina, para ser entendido, precisa ser relacionado com o esquema de predominância do centro capitalista na região. Uma recente e mesmo brilhante produção científica tem chamado a atenção para os vários e complexos mecanismos através dos quais esta predominância tem se exercido⁷⁴). A este quadro já nos referimos anteriormente, ao longo deste ensaio, simplesmente para fazer notar que estávamos estudando as relações latino-americanas com a União Soviética com uma deliberada limitação. O papel soviético, no sentido de impedir maior agressividade imperialista na região, só pode ser analisado através de um estudo de maior alcance no qual se incluam as demais potências mundiais com saliência diplomática, política e econômica na América Latina.

Para concluir, só podemos reafirmar nossa hipótese de que as relações em pauta deverão sofrer agudas transformações, dada a conjuntura internacional que ora se inicia. A crise do petróleo, afetando intensamente o centro capitalista na suas otimistas projeções de crescimento industrial, a entrada da China no panorama da política internacional de modo ativo e a conquista do reconhecimento de seus direitos por parte dos palestinos deverão ser fatores de novos arranjos internacionais. Estes deverão, certamente, afetar os rumos das políticas de países como a União Soviética na América Latina.

Os novos arranjos não deverão fazer esquecer o papel democrático e libertário que — ao lado das razões de Estado, proeminente no contexto mundial — sempre informaram a política soviética no exterior, ainda que de uma forma contraditória. A tensão entre a tendência burocratizante e a tendência para o exercício de uma plena solidariedade internacional deverá, supostamente, continuar no corpo da política externa soviética.

NOTAS

- 1) Como texto importante para compreensão dos objetivos e mecanismos do antigo sistema colonial indicamos apenas o de Fernando A. Novais, *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, CEBRAP, Caderno 17, 1974.
- 2) A bibliografia sobre dependência na América Latina é muito vasta. Indicamos aqui a organizada por William C. Smith Jr., "A Dependency Bibliography", em *Structures of Dependency*, Frank Bonilla e Robert Girling eds., Stanford University, 1973.
- 3) Sobre a Doutrina Monroe e a política dos Estados Unidos para com a América Latina no século XIX, entre muitos textos, podem ser consultados: Frederico Gil, *Latin American-United States Relations*, Harcourt Brace Javanovich Inc., N.Y., 1971; Alonso Aguilar, *Pan-Americanism, From Monroe to the Present*, Modern Reader, N.Y., 1978; *Readings in U.S. Imperialism*, K. T. Fann e Donald C. Hodges, eds., Boston, Porter Sargent Publisher, 1971.
- 4) GIL, Frederico, op. cit., pp. 180 sg; AGUILAR, Alonso, op. cit., pp. 67 sg.

- 5) MANGER, William, *Pan America in Crisis: The Future of OAS*, Public Affairs Press, Washington D. C., 1961; Federico Gil, op. cit., cap. 7, 8, 9; Alonso Aguilar, op. cit., pp. 155.
- 6) Sobre o sistema de defesa e contra-insurgência desenvolvido na América Latina, pode-se consultar: John Saxe-Fernandez, "The Central American Defense Council and Pax Americana", em *Latin American Radicalism*, I. L. Horowitz – Josué de Castro e J. Gerassi eds., N. Y., Vintage Books, 1969; J. Duncan Powell, "Military Assistance and Militarism in Latin America", *The Western Political Quarterly*, V, 18, Junho 1965.
- 7) "Sixth Comintern Congress Theses on the Revolutionary Elements in Colonial and Semi-Colonial Countries", IMPRECOR, VIII/88, 12 dez. 1928, pp. 1660-61 e 1675, textos reproduzidos em Stephen Clissold, *Soviet Relations with Latin America: 1918-1968. A Documentary Survey*, Londres, Oxford Univ. Press, 1970, p. 77.
- 8) "Seventh Comintern Congress, 17 August 1935: Statement by Wang Ming" IMPRECOR, XV/36, 17 de Agosto 1935, pp. 938-9, textos reproduzidos em Stephen Clissold, op. cit. pp. 153-5.
- 9) "Report by Chicherin on the 3rd Session of the CPSU Central Executive Committee, 4 de Março de 1925", FRUS, 1927, p. 362-3, textos reproduzidos em Stephen Clissold, op. cit., p. 87.
- 10) CLISSOLD, Stephen, op. cit., p. 5:
- 11) *Ib.* pp. 7-9.
- 12) ALLEN, Robert Loring, *Soviet Influence in Latin America: The Role of Economic Relations*, Washington D. C., Public Affairs Press, 1959, p. 85.
- 13) CLISSOLD, Stephen, op. cit., p. 21-2.
- 14) *Ibid.* p. 21; cf. também Carlos Muniz Ortega, *La URSS y America Latina*, Lima: Moncloa Editores S. A., 1968, pp. 33 ss.
- 15) GIL, Federico, op. cit. pp. 183-5.
- 16) Cf. Luiz Carlos Prestes, *Documentos de Luiz Carlos Prestes*, Ediciones Tiempos Nuevos, Buenos Aires, 1957, p. 26. Cf também do mesmo autor, *Os Comunistas*

- e o Monopólio da Terra, Edições Horizonte, Rio, 1945, p. 3; *União Nacional para a Democracia e o Progresso*, Rio, Edições Horizonte, 1945, p. 21.
- 17) HALLE, Louis J. *The Cold War as History*, Londres: Harper & Row Publishers, 1971, p. 148. Apesar de interpretações geralmente favoráveis aos Estados Unidos, o livro vale pela quantidade de informações que oferece.
- 18) HALLE, Louis J. op. cit., p. 150.
- 19) Louis Halle, op. cit. p. 151. O tom verbal dos representantes russos na Conferência da Silésia pode ser julgado pelas seguintes palavras de G. M. Malenkov. Seria esta, também, a linguagem da Guerra Fria, por parte de ambos os contendores. "O grupo dirigente dos Imperialistas americanos... tomou o caminho da expansão externa, subjugando os estados capitalistas enfraquecidos da Europa e dos países coloniais e dependentes. Escolheram o caminho de novos planos de guerra contra a União Soviética e as novas democracias... A mais clara e a mais específica expressão desta política... é oferecida pelo Plano Marshall. Com relação a países como a Jugoslávia e a Polónia, os Estados Unidos e a Inglaterra estão perseguindo uma política de expansão territorial.... Planos de agressão atual, planos de uma nova guerra contra a Rússia e as novas democracias, estão sendo preparados... Imitando os Hitleristas, os novos agressores estão usando a fraude e a extorsão..." Cf. Louis Halle, p. 151-2.
- 20) DUNCAN, W. Raymond, "Introduction: Soviet Policy in Developing Countries", em *Soviet Policy in Developing Countries*, W. Raymond Duncan edit., Londres Ginn-Blaisdell, 1970, p. XVI.
- 21) "Pravda", entrevista com Stalin, em *The Times*, 17 fev. 1951, textos reproduzidos em Stephen Clissold, op. cit., p. 157.
- 22) CLISSOLD, Stephen, op. cit., p. 21.
- 23) ASPATURIAN, Vernon, "Foreign Policy Perspectives in the Sixties", em *Soviet Politics since Khrushchev*, Alexander Dallin & Thomaz B. Larson eds., Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, N. J., 1968, p. 131. Sobre a conjuntura econômica da Rússia após a morte de Stalin, cf. Gregory Grossam, "The Soviet Economy", em *Patterns of Competitive Coexistence, USA x URSS*, Young Hum Kim ed. New York: Capricorn Books, 1967, pp. 35-46.
- 24) *Ibid.* p. 132.

- 25) OJHA, Ishwer C. "The Kremlin and Third World Leadership: Closing the Circle", em Raymond Duncan edit., pp. 14.
- 26) TRISKA, Jan F. *Soviet Foreign Policy*, Londres, The MacMillan Company, 1968, pp. 23-4.
- 27) Bulganin em entrevista à imprensa, *Pravda*, 17 de janeiro de 1956, texto reproduzido em Stephen Clissold, op. cit., pp. 158-9.
- 28) Krushev em entrevista à imprensa, *Excelsior*, Cidade do México, 13 de março de 1958, reproduzidos em Stephen Clissold, pp. 159-160.
- 29) Ibid. p. 159.
- 30) CLISSOLD, Stephen, op. cit. p. 21.
- 31) "Growth of Soviet Interest in Latin America", cf. *Novaya i Noveyshaya Istoriya*, N. 2, 162, em Stephen Clissold, op. cit. p. 160.
- 32) ORTEGA, Carlos Muniz, op. cit. pp. 73 ss.
- 33) CLISSOLD, Stephen, op. cit. p. 22.
- 34) DUNCAN, W. Raymond, "Moscow and Cuban Radical Nationalism", em *Soviet Policy in Developing Countries*, op. cit. p. 119.
- 35) Cf. *Cuba Socialista*, agosto de 1966, textos reproduzidos em Stephen Clissold, op. cit. pp. 292-3.
- 36) *Granma*, 14 de março de 1967, cf. Stephen Clissold, op. cit. p. 193-4.
- 37) *Cuba Socialista*, novembro de 1955, cf. Stephen Clissold, op. cit. p. 291.
- 38) DUNCAN, W. Raymond, ibid. p. 121.
- 39) "Resolutions of the First Latin-American Society Conference", em Alonso Aguilar, op. cit., pp. 179-184.
- 40) Cf. James Petras, *Politics and Social Structure in Latin America*, N. York, Modern Reader, 1970, pp. 124-5.
- 41) Cf. *Bohemia*, 19 de março de 1965, em Stephen Clissold, op. cit. p. 290.

- 42) PRAVDA, Volsky, 19 de março de 1968, cf. Stephen Clissold, op. cit. pp. 162-6.
- 43) PETRAS, James, op. cit. p. 148.
- 44) DUNCAN, W. Raymond, op. cit., p. 112.
- 45) Cf. *Izvestiya*, 11 de agosto de 1966; *Pravda*, 14 de agosto de 1966, textos reproduzidos em S. Clissold, op. cit. pp. 195-6.
- 46) Embaixador Anikin em *El Siglo*, Santiago, 29 de nov. de 1967, cf. Clissold, op. cit. p. 207.
- 47) *Espectador*, (Bogata), 25 de janeiro de 1968, cf. Clissold, op. cit. p. 211.
- 48) *Granma*, 10 de agosto de 1967, cf. Clissold, op. cit. p. 210.
- 49) Cf. *Documentos políticos* (Colombia), janeiro de 1968, em Clissold, op. cit., p. 210.
- 50) PETRAS, James, op. cit. p. 148.
- 51) *Pravda*, 5 de março de 1967, em Clissold, op. cit. pp. 166-69.
- 52) *Pravda*, 15 de dez. de 1967, em Clissold, ibid. p. 172.
- 53) NORTH, Robert C. e CHOUCRI, Nazli, "Population, Technology and Resources in the Future International System", em *Journal of International Affairs*, Vol. XXV, N. 2, 1971. North utiliza o termo "pressão lateral" como um termo neutro para expressar a tendência de uma sociedade de exercer pressão de um modo ou outro ou numa combinação de modos, para além de suas fronteiras naturais ou originais. Para o autor, a "pressão lateral pode ser exercida tanto por estados capitalistas como socialistas e está comumente relacionada ao controle de recursos econômicos. Ao fazer a generalização para todos os estados socialistas, parece no entanto que o autor está indo longe demais. Conviria fazer uma especificação para que tipos de estados socialistas, pois evidentemente há uma marcante diferença nos modos como historicamente o socialismo vem se realizando em diferentes países.
- 54) No período 1947-52, a afiliação estimada dos Partidos Comunistas da América Latina caiu de 376 mil membros em 1947 para 198 mil em 1952. Cf. Rollie E. Poppino, *International Communism in Latin America: A History of the Move-*

ment - 1917-1973, N. Y., 1964, Appendix II, referência em Herbert Goldhamer, *The Foreign Powers in Latin America*, Princeton, Princeton University Press, 1972, p. 239.

- 55) DINERSTEIN, Herbert, "Soviet Policy in Latin America", RAND, maio de 1966, p. 41.
- 56) Ibid.
- 57) PETRAS, James, Op. cit. p. 186.
- 58) Cf. Dinerstein, op. cit. p. 24.
- 59) "... como bem afirmam os chilenos, a vitória alcançada não foi o fruto da política e esforço de um só partido, senão que de todos os partidos que formam a unidade popular... a confluência dos interesses dos camponeses, dos estratos médios urbanos e da intelectualidade com os interesses da classe trabalhadora, assim como suas ações em conjunto, diminuíram a base social dos monopólios e exarcebaram as contradições do imperialismo. ... Apesar de todos os obstáculos erigidos pelo imperialismo norte americano, a luta dos povos do continente por estreitamento das relações com a União Soviética e com outros países socialistas". Cf. *The Current Digest of the Soviet Press*, publicado pela American Association for the Advancement of Slavic Studies, N. 4, V. XXIII, 23 de fevereiro de 1971. O sucesso da aliança que elegeu Allende no Chile levou a União Soviética a encorajar outros Partidos Comunistas latino americanos a seguir o exemplo chileno, primeiramente a preparação para as eleições de 1971 no Uruguai onde criou-se uma Frente Ampla e, depois, as eleições de 72 no Equador, de 73 na Venezuela e de 74 na Colombia. Cf. *The Economist Foreign Report*, Agosto 5, 1971, referência em Herbert Goldhamer, op. cit. p. 241.
- 60) Nos últimos anos a URSS vem deixando claro seu interesse no comércio e na colaboração econômica com os países capitalistas industrializados. Esta tendência se enfatiza nos dias atuais, bastando lembrar aqui os recentes contratos comerciais e de investimento entre a Rússia e empresas privadas norte americanas.
- 61) Cf. Vernon Aspaturian, op. cit. p. 161.
- 62) Existem fortes indicadores de que a campanha da imprensa soviética esteja mais diretamente relacionada com uma concessão interna na própria União

- Soviética a elementos e grupos ainda identificados com o clima da guerra fria, refletindo lutas ideológicas internas. Cf. Wolfgang Leonhard, "The Domestic Politics of the New Soviet Foreign Policy" e Marshall D. Shulman, "Toward a Western Philosophy of Coexistence", ambos em *Foreign Affairs* - V. 52, N. 1, outubro de 1973.
- 63) Cf. Marshall D. Shulman, op. cit., p. 45. O autor refere-se ainda ao fato de que o medo de uma aliança chinesa-americana ou de ajuda americana à China tivesse aumentado o incentivo soviético no sentido de acelerar a "normalização de suas relações com os Estados Unidos. *ibid.*
 - 64) Cf. James Petras, op. cit. p. pp. 185-6. O mesmo autor concluiu já em 1970, que, tanto o movimento "fidelista" como os Partidos Comunistas orientados pela URSS estavam sendo cada vez menos relevantes no surgimento de novos padrões de lutas sócio-políticas que emergiam na América Latina. (*ibid.*)
 - 65) Cf. nota nº 2, sobre bibliografia organizada por William C. Smith Jr., em F. Bonilla & R. Girling, *op. cit.* Para exame do papel das corporações internacionais como obstáculo a integração econômica e cultural veja-se Benício Viero Schmidt, "Dependency and the Multinational Corporation", *ibid.*
 - 66) MYRDAL, Gunnar, *Against the Stream* - New York: Pantheon Books, 1973.
 - 67) Para comentários mais detalhados e ilustrativos das dificuldades emergentes do quadro de dependência vejam-se Carlos Estevam Martins, "Brasil e Estados Unidos, dos 60 aos 70", *Cadernos do CEBRAP*, 1973; bem como Octavio Ianni, "Imperialismo e Diplomacia na América Latina, *Cadernos do CEBRAP*, 1973.
 - 68) Dados publicados pelas Nações Unidas, *Economic Survey of Latin America*, últimos anos; bem como pelo International Monetary Fund (IMF), *Balance of Payments Yearbook*, últimos anos.
 - 69) Veja-se Herbert Goldhamer, op. cit.
 - 70) United Nations, *Economic Survey of Latin America*, 1972, já mencionado em nota anterior.
 - 71) Para a análise destes fenômenos ainda é plenamente válida a conclusão do documento das Nações Unidas, *Estudio Economico de America Latina*, 1970.

- 72) GALTUNG, Johan, "Sistemas Feudales, Violencia Estructural y Teoria Estructural de Las Revoluciones", *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, I, 1 (Abril 1970).
- 73) Vejam-se os últimos relatórios da CEPAL sobre o crescimento do setor externo dos países latino-americanos.
- 74) Aqui queremos nos referir aos trabalhos, já considerados clássicos sobre a dependência da América Latina, tais como os de Fernando Henrique e Enzo Faletto, Celso Furtado, Helio Jaguaribe etc., por demais conhecidos. Ainda dentro desta ótica é sempre bom lembrar a importância do trabalho de Moniz Bandeira, Clovis Melo e A. T. Andrade, *O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil* (Rio: Civilização Brasileira, 1967). Trabalhos mais recentes incluem Julio Cotler e Richard Fagen (organizadores), *Latin America and the United States* (Stanford: Stanford University Press, 1974); Frank Bonilla & Robert Girling, *op. cit.*; o brilhante estudo de Luciano Martins, "Política das Corporações Multinacionais na América Latina", em *Estudos CEBRAP*, n.º 5, setembro 1973; e ainda o pequeno porém importante comentário de Paulo Sérgio Pinheiro, "Mr. Dulles Rides Again", em *Estudos CEBRAP*, n.º 9, setembro de 1974.